



CIDADE VERDE PARA QUEM? URBANIZAÇÃO, IDEOLOGIA E DESIGUALDADES SOCIOAMBIENTAIS, SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM MARINGÁ-PR – CAMINHOS PARA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO CRÍTICA

*GREEN CITY FOR WHOM? URBANIZATION, IDEOLOGY AND SOCIO-
ENVIRONMENTAL INEQUALITIES, SOCIO-SPATIAL SEGREGATION
IN MARINGÁ-PR – PATHS TOWARD THE PROMOTION OF CRITICAL
EDUCATION*

*¿CIUDAD VERDE PARA QUIÉN? URBANIZACIÓN, IDEOLOGÍA Y
DESIGUALDADES SOCIOAMBIENTALES, SEGREGACIÓN
SOCIOESPACIAL EN MARINGÁ-PR – CAMINOS PARA LA PROMOCIÓN
DE UNA EDUCACIÓN CRÍTICA*

DOI: 10.5281/zenodo.20549298



*Andréia Santos Correia Almeida da Silva¹
Felipe Fontana²*

1 Mestra em Ensino das Ciências Ambientais pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Paraná (PROFCIAMB-Associada UEM). Pedagoga pelo Centro de Ensino Superior de Maringá (2019) e Especialista em Psicologia da Educação e Aprendizagem (FACUMINAS, 2021). Professora da Prefeitura Municipal de Marialva-PR. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1091136746959476>. E-mail: andreaalmeidasilva1@gmail.com

2 Cientista Social (DCS-UEM, 2011); Historiador (DHI-UEM, 2018); Pedagogo (UNICESUMAR, 2020); Tecnólogo em Gestão Pública (UNIOESTE, 2021); Assistente Social (UNICESUMAR, 2023); Graduando em Direito (DEDIR-UNICENTRO, 2025). Especialista em Gestão Pública e Inovação (MBA-UNICENTRO, 2025). Mestre em Ciências Sociais (PGC-UEM, 2013); Doutor em Ciência Política (PPG-Pol/UFSCar, 2017); Pós-Doutor em Ensino de Ciências e Matemática (PCM-UEM, 2020). Professor efetivo do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (DESES/UNICENTRO). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais da

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





RESUMO

A cidade contemporânea, sob a lógica da acumulação capitalista, transforma-se em mercadoria e ativo simbólico, sendo produzida tanto material quanto discursivamente por interesses econômicos, políticos e imobiliários. Diante disso, este artigo analisa a construção ideológica da imagem de Maringá/PR como “Cidade Verde”, problematizando as relações entre urbanização neoliberal, *city marketing*, sustentabilidade discursiva e segregação socioespacial. Parte-se do entendimento de que a representação de Maringá/PR como cidade-modelo, sustentável e planejada opera como mecanismo de valorização territorial e legitimação de um projeto urbano seletivo desvinculado da democratização efetiva do acesso aos bens urbanos e ambientais. O estudo deriva da dissertação *Maringá-PR e o seu discurso de “Cidade Verde”: desconstruindo propagandas em prol de uma prática mais sustentável mediada pelo ensino das ciências ambientais* (Silva, 2026), desenvolvida no âmbito do PROFCIAMB/UEM. Metodologicamente, trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, documental e analítico-crítico, fundamentada em referenciais da sociologia urbana, geografia crítica, ciências ambientais e pedagogia crítica. A investigação mobiliza autores como Henri Lefebvre, David Harvey, Carlos Vainer, Erminia Maricato, Milton Santos e Enrique Leff para compreender a produção capitalista do espaço urbano, os discursos da sustentabilidade e os mecanismos de produção das desigualdades socioambientais. A análise evidencia que o discurso da “Cidade Verde” tende a obscurecer contradições estruturais relacionadas à especulação imobiliária, à valorização seletiva do território, à financeirização urbana e à exclusão das populações periféricas. Ademais, demonstra-se que a sustentabilidade urbana, quando apropriada pelo empreendedorismo urbano e pelo marketing territorial, assume caráter estetizado, tecnocrático e mercadológico. O artigo também discute o papel da educação crítica, da alfabetização urbanística e das ciências ambientais na formação de sujeitos capazes de interpretar criticamente as dinâmicas urbanas e reivindicar o direito à cidade. Conclui-se que a construção de cidades socialmente justas e ambientalmente sustentáveis exige superar abordagens naturalizantes e mercadológicas da sustentabilidade, articulando justiça socioambiental, democratização do território, participação popular e educação emancipatória.

Palavras-chave: Gentrificação; Letramento urbanístico; Sustentabilidade; Planejamento urbano; Emancipação; Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

The contemporary city, under the logic of capitalist accumulation, becomes both a commodity and a symbolic asset, being produced materially and discursively through economic, political, and real estate interests. In this context, this article analyzes the ideological construction of the image of Maringá/PR as a “Green City,” problematizing the relationships between neoliberal urbanization, city marketing, discursive sustainability, and socio-spatial segregation. It is based on the understanding that the representation of Maringá/PR as a model, sustainable, and planned city operates as a mechanism of territorial valorization and legitimization of a selective urban project disconnected from the effective democratization of access to urban and environmental goods. The study derives from the dissertation *Maringá-PR e o seu discurso de “Cidade Verde”: desconstruindo propagandas em prol de uma*

Universidade Estadual do Paraná (PROFCIAMB - Associada UEM). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6129448426028004>. ORCID: 0000-0001-9582-2178; E-mail: felipefontana@unicentro.br

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





prática mais sustentável mediada pelo ensino das ciências ambientais (Silva, 2026), developed within the scope of PROFCIAMB/UEM. Methodologically, this is a qualitative study of a bibliographic, documentary, and analytical-critical nature, grounded in references from urban sociology, critical geography, environmental sciences, and critical pedagogy. The investigation draws on authors such as Henri Lefebvre, David Harvey, Carlos Vainer, Ermínia Maricato, Milton Santos, and Enrique Leff to understand the capitalist production of urban space, sustainability discourses, and the mechanisms that produce socio-environmental inequalities. The analysis demonstrates that the “Green City” discourse tends to obscure structural contradictions related to real estate speculation, selective territorial valorization, urban financialization, and the exclusion of peripheral populations. Furthermore, it is shown that urban sustainability, when appropriated by urban entrepreneurialism and territorial marketing, assumes an aestheticized, technocratic, and market-oriented character. The article also discusses the role of critical education, urban literacy, and environmental sciences in the formation of subjects capable of critically interpreting urban dynamics and claiming the right to the city. It concludes that the construction of socially just and environmentally sustainable cities requires overcoming naturalizing and market-oriented approaches to sustainability by articulating socio-environmental justice, territorial democratization, popular participation, and emancipatory education.

Keywords: Gentrification; Urban literacy; Sustainability; Urban planning; Emancipation; Interdisciplinarity.

RESUMEN

La ciudad contemporánea, bajo la lógica de la acumulación capitalista, se transforma en mercancía y activo simbólico, siendo producida tanto material como discursivamente por intereses económicos, políticos e inmobiliarios. Frente a ello, este artículo analiza la construcción ideológica de la imagen de Maringá/PR como “Ciudad Verde”, problematizando las relaciones entre urbanización neoliberal, marketing urbano, sostenibilidad discursiva y segregación socioespacial. Se parte del entendimiento de que la representación de Maringá/PR como ciudad modelo, sostenible y planificada opera como mecanismo de valorización territorial y legitimación de un proyecto urbano selectivo desvinculado de la democratización efectiva del acceso a los bienes urbanos y ambientales. El estudio deriva de la disertación *Maringá-PR e o seu discurso de “Cidade Verde”: desconstruindo propagandas em prol de uma prática mais sustentável mediada pelo ensino das ciências ambientais* (Silva, 2026), desarrollada en el ámbito del PROFCIAMB/UEM. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa, de carácter bibliográfico, documental y analítico-crítico, fundamentada en referencias de la sociología urbana, la geografía crítica, las ciencias ambientales y la pedagogía crítica. La investigación moviliza autores como Henri Lefebvre, David Harvey, Carlos Vainer, Ermínia Maricato, Milton Santos y Enrique Leff para comprender la producción capitalista del espacio urbano, los discursos de la sostenibilidad y los mecanismos de producción de las desigualdades socioambientales. El análisis evidencia que el discurso de la “Ciudad Verde” tiende a ocultar contradicciones estructurales relacionadas con la especulación inmobiliaria, la valorización selectiva del territorio, la financiarización urbana y la exclusión de las poblaciones periféricas. Además, se demuestra que la sostenibilidad urbana, cuando es apropiada por el urbanismo empresarial y el marketing territorial, asume un carácter estetizado, tecnocrático y mercantil. El artículo también discute el papel de la educación crítica, la alfabetización urbanística y las ciencias ambientales en la formación de sujetos

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)





capaces de interpretar críticamente las dinámicas urbanas y reivindicar el derecho a la ciudad. Se concluye que la construcción de ciudades socialmente justas y ambientalmente sostenibles exige superar enfoques naturalizantes y mercantilizados de la sostenibilidad, articulando justicia socioambiental, democratización del territorio, participación popular y educación emancipadora.

Palabras clave: Gentrificación; Alfabetización urbanística; Sostenibilidad; Planificación urbana; Emancipación; Interdisciplinariedad.

1. Introdução

As cidades contemporâneas têm sido crescentemente produzidas e reorganizadas sob a lógica (i) da acumulação capitalista, (i) do empreendedorismo urbano e (iii) da mercadorização do espaço, processo que transforma o território em ativo econômico e simbólico voltado à (a) atração de investimentos, ao (b) fortalecimento do mercado imobiliário e à (c) consolidação de imagens urbanas competitivas. Nesse contexto, discursos associados à sustentabilidade, ao planejamento urbano e à qualidade de vida passaram a ocupar lugar central nas estratégias de marketing territorial desenvolvidas por diferentes municípios brasileiros, notadamente aqueles que buscam projetar-se nacional e internacionalmente como modelos de desenvolvimento urbano. Em diversas situações, contudo, tais representações urbanas acabam por ocultar contradições estruturais relacionadas às desigualdades socioespaciais, à segregação urbana e à distribuição desigual dos recursos ambientais.

É nesse cenário que se insere o município de Maringá, localizado no norte do Estado do Paraná e amplamente reconhecido pela alcunha de “Cidade Verde”. Historicamente vinculada à ideia de planejamento urbano moderno, arborização intensa e elevada qualidade ambiental, Maringá/PR consolidou, ao longo das últimas décadas, uma forte identidade urbana sustentada pela valorização simbólica da natureza, pela promoção de indicadores urbanísticos e pela difusão de uma imagem associada ao equilíbrio ecológico e à organização espacial. Essa representação, difundida por discursos institucionais, campanhas publicitárias, veículos de comunicação e agentes vinculados ao mercado imobiliário, passou a constituir

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





importante elemento do *city marketing* local e do processo de valorização econômica da cidade. Todavia, a construção dessa imagem urbana homogênea e idealizada tende a invisibilizar múltiplas contradições presentes no espaço urbano maringaense. Apesar do reconhecimento obtido em torno da noção de “Cidade Verde”, diversas pesquisas produzidas nas áreas das ciências sociais, geografia urbana e ciências ambientais demonstram a persistência de profundas desigualdades socioambientais, processos de segregação socioespacial, valorização seletiva do território e distribuição desigual da infraestrutura urbana e dos recursos ambientais. Nesse contexto, a sustentabilidade frequentemente assume caráter discursivo e mercadológico, articulando-se à lógica do urbanismo empresarial e à produção ideológica de uma cidade voltada prioritariamente aos interesses da acumulação capitalista e da especulação imobiliária.

A partir dessa problemática, este artigo deriva da dissertação de mestrado intitulada *Maringá-PR e o seu discurso de “Cidade Verde”: desconstruindo propagandas em prol de uma prática mais sustentável mediada pelo ensino das ciências ambientais* (Silva, 2026), desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB – Associada UEM), junto ao Centro de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Maringá (CCE-UEM), sob orientação do Prof. Dr. Felipe Fontana. A pesquisa original investigou criticamente os processos de construção ideológica da imagem urbana de Maringá/PR, articulando referenciais das ciências ambientais, da sociologia urbana e da pedagogia crítica, além de desenvolver um produto educacional voltado à alfabetização urbanística e ambiental.

No presente texto, o enfoque concentra-se na discussão teórica e epistemológica relacionada à produção capitalista do espaço urbano, ao discurso ideológico da sustentabilidade, ao empreendedorismo urbano, à segregação socioespacial e ao direito à cidade, enfatizando o papel da educação crítica e das ciências ambientais na desconstrução das narrativas hegemônicas sobre a urbanidade contemporânea. Embora o produto educacional desenvolvido na dissertação seja mencionado como desdobramento pedagógico





da investigação, o centro analítico deste artigo reside na problematização conceitual das dinâmicas urbanas que estruturam a ideologia da “Cidade Verde”.

Dessa maneira, o problema investigado neste artigo consiste em compreender de que forma o discurso da “Cidade Verde”, amplamente difundido em Maringá/PR, opera como mecanismo ideológico associado ao marketing urbano e à racionalidade neoliberal, contribuindo para obscurecer disparidades socioambientais e legitimar processos de segregação socioespacial vinculados à lógica da produção capitalista do espaço. Busca-se, igualmente, refletir sobre o potencial da educação crítica, da alfabetização urbanística e das ciências ambientais enquanto instrumentos capazes de promover leituras contra-hegemônicas acerca da realidade urbana. Por conseguinte, objetivo do trabalho consiste em analisar o discurso ideológico da “Cidade Verde” em Maringá/PR, demonstrando como o marketing urbano, articulado à lógica da produção capitalista do espaço, contribui para ocultar desigualdades, problematizando também o papel da educação crítica na desconstrução dessas narrativas. De forma complementar, pretende-se discutir como os referenciais das ciências ambientais, da sociologia urbana e da pedagogia crítica podem contribuir para a construção de práticas educativas comprometidas com o direito à cidade, a justiça socioambiental e a formação cidadã.

A relevância desta discussão encontra-se vinculada à necessidade de ampliar os debates sobre sustentabilidade urbana para além de abordagens estritamente técnicas, naturalizantes ou mercadológicas. Em muitos contextos urbanos, o discurso ambiental passa a funcionar como elemento legitimador de projetos urbanos seletivos, voltados à valorização fundiária e à consolidação de cidades-mercadoria. Diante disso, torna-se fundamental desenvolver investigações que evidenciem as contradições existentes entre as representações oficiais da cidade e as experiências concretas vivenciadas pelas populações socialmente marginalizadas. Tal movimento revela-se necessário em municípios como Maringá/PR, cuja imagem urbana frequentemente aparece associada à ausência de conflitos urbanos significativos. Além disso, o estudo justifica-se pela necessidade de fortalecer práticas

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

***A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)***





educativas voltadas à compreensão crítica do espaço urbano. A alfabetização urbanístico-ambiental – inspirada em Henri Lefebvre, Ermínia Maricato, David Harvey e Carlos Vainer –, constitui ferramenta para a formação de sujeitos capazes de interpretar os mecanismos de produção das desigualdades urbanas e de reivindicar o direito à cidade. Nesse sentido, a educação ambiental crítica ultrapassa perspectivas conservacionistas restritas à preservação da natureza, incorporando debates relacionados à justiça espacial, cidadania, segregação urbana e democratização do território.

Metodologicamente, o artigo é qualitativo, de caráter bibliográfico, documental e analítico-crítico. Foram mobilizados referenciais teóricos das ciências ambientais, sociologia urbana, geografia crítica e pedagogia crítica, articulados à análise de produções acadêmicas, legislações urbanas, discursos institucionais e estudos sobre o processo de urbanização de Maringá/PR, com ênfase na análise de peças publicitárias sobre a cidade. A investigação dialoga principalmente com autores que problematizam a relação entre neoliberalismo, urbanismo empresarial, *city marketing*, produção do espaço e direito à cidade, permitindo compreender o discurso da “Cidade Verde” enquanto construção ideológica vinculada às transformações contemporâneas do capitalismo urbano.

Sob essa perspectiva, este artigo parte do entendimento de que a cidade constitui um espaço de disputas materiais e simbólicas, produzido historicamente por relações de poder e interesses contraditórios. Sendo assim, compreender a ideologia da “Cidade Verde” implica analisar não somente os elementos ambientais e urbanísticos associados à imagem de Maringá/PR, como também as estruturas sociais, econômicas e políticas que condicionam a produção desigual do espaço urbano. Trata-se, portanto, de uma reflexão comprometida com a construção de perspectivas emancipatórias no campo das ciências ambientais e da educação, orientadas pela defesa do direito à cidade, da justiça socioambiental e da democratização efetiva da urbanidade.





2. A Produção Ideológica da “Cidade Verde”

A constituição das chamadas “cidades-modelo” no contexto contemporâneo não pode ser compreendida unicamente como resultado de planejamentos técnicos ou de políticas urbanas voltadas à melhoria da qualidade ambiental. Trata-se, sobretudo, de um processo ideológico articulado às transformações do capitalismo contemporâneo e à reconfiguração das cidades enquanto mercadorias inseridas em circuitos globais de competitividade econômica. Nesse cenário, a produção simbólica da cidade torna-se elemento central das estratégias de acumulação urbana por meio da construção de imagens oficiais associadas à sustentabilidade, modernidade, ordem e qualidade de vida. A ideia de “Cidade Verde”, amplamente difundida em diversos municípios brasileiros, insere-se precisamente nesse contexto de produção discursiva e mercadológica do espaço urbano.

No caso de Maringá/PR, a consolidação da imagem da “Cidade Verde” não pode ser interpretada como mero reflexo espontâneo da presença de arborização urbana ou do planejamento modernista que caracterizou sua origem. Pelo contrário, trata-se de uma construção histórica e ideológica vinculada a interesses políticos, econômicos e imobiliários específicos, cuja finalidade consiste em produzir consenso social em torno de determinado projeto de cidade. Nesse sentido, a imagem urbana converte-se em ativo econômico e político, funcionando como mecanismo de valorização territorial, atração de investimentos e legitimação das desigualdades socioespaciais.

Diante disso, Carlos Vainer (2002) argumenta que o planejamento estratégico urbano, difundido nas últimas décadas sob influência das experiências empresariais norte-americanas e europeias, redefiniu profundamente a gestão das cidades. Segundo o autor, as cidades passaram a ser administradas como empresas competitivas, inseridas em um mercado global de territórios que disputam capital, eventos, investimentos e prestígio internacional. A cidade deixa, então, de ser concebida prioritariamente como espaço político e coletivo, convertendo-se em objeto de negócios e marketing territorial. Essa racionalidade empresarial redefine os



próprios sentidos do planejamento urbano. O espaço urbano passa a ser produzido segundo critérios de competitividade e valorização econômica, enquanto os conflitos sociais são obscurecidos por discursos consensuais que exaltam eficiência, sustentabilidade e modernização. O city marketing emerge, nesse contexto, como instrumento estratégico fundamental para a fabricação de identidades urbanas positivas, capazes de inserir as cidades nos fluxos do capital globalizado.

A construção da imagem de Maringá/PR como “Cidade Verde” pode ser interpretada como uma expressão dessas estratégias de marketing urbano. A intensa valorização da arborização, da limpeza urbana e da qualidade paisagística opera como elemento de distinção simbólica, produzindo uma narrativa oficial de cidade harmoniosa, sustentável e desenvolvida. Entretanto, tal narrativa tende a ocultar as profundas desigualdades territoriais presentes no município, particularmente aquelas relacionadas à segregação socioespacial, à precariedade habitacional periférica e à desigual distribuição da infraestrutura urbana. A esse respeito, David Harvey (2005a; 2005b) observa que o empreendedorismo urbano se tornou uma das marcas centrais da urbanização neoliberal. Para o autor, os governos locais passaram a atuar de maneira semelhante a agentes empresariais, priorizando estratégias de atração de capitais e valorização imobiliária. Nesse modelo, o espaço urbano converte-se em mercadoria, e a imagem da cidade torna-se parte essencial do processo de acumulação capitalista. Ora, essa produção imagética não é neutra. Ao contrário, ela opera ideologicamente ao selecionar determinados elementos urbanos considerados positivos – como parques, áreas verdes, centros revitalizados e monumentos arquitetônicos – enquanto invisibiliza territórios marcados pela pobreza, pela precarização e pela exclusão. Forma-se, assim, uma cidade-espetáculo, cuja aparência estética e simbólica passa a ser mais relevante do que a efetiva democratização das condições urbanas.

É justamente nesse ponto que as contribuições de Otília Arantes (1992) se tornam fundamentais. A autora demonstra que o urbanismo contemporâneo passou a operar crescentemente segundo a lógica da estetização mercantil do espaço urbano. Inspiradas em



modelos internacionais de revitalização urbana e *city marketing*, muitas cidades passaram a construir cenários urbanos espetacularizados, destinados sobretudo ao consumo visual, turístico e imobiliário. Nesse processo, o espaço urbano converte-se em espetáculo e mercadoria simultaneamente. Segundo Arantes (1992), o urbanismo neoliberal promove uma “cenarização” da cidade, na qual determinados fragmentos urbanos são transformados em vitrines de modernidade e sustentabilidade. Entretanto, essa estetização frequentemente encobre os processos de exclusão e expulsão das populações pobres. A cidade-espetáculo produz uma aparência de harmonia social que oculta as contradições estruturais do capitalismo urbano. E, no caso de Maringá/PR, a exaltação permanente da condição de “Cidade Verde” atua como mecanismo de produção desse espetáculo urbano. A arborização, os jardins planejados e os discursos de sustentabilidade convertem-se em símbolos da identidade oficial do município. Todavia, tal narrativa tende a silenciar questões fundamentais, como a periferização das classes populares, a especulação imobiliária e a desigualdade no acesso às infraestruturas urbanas e ambientais.

Henri Acselrad (1999), ao discutir os discursos da sustentabilidade urbana, alerta para o caráter frequentemente ideológico da apropriação empresarial e institucional da temática ambiental. Para o autor, a sustentabilidade passou a funcionar como categoria polissêmica, frequentemente utilizada para legitimar projetos urbanos alinhados aos interesses do capital imobiliário e financeiro. Em muitos casos, a retórica ambiental não promove efetivamente justiça socioambiental, mas opera como instrumento de valorização econômica do território. Acselrad (1999) ainda destaca que os discursos ecológicos urbanos produzem uma “ambientalização seletiva” das cidades. Isso significa que certos espaços recebem investimentos ambientais, paisagísticos e infraestruturais enquanto outros permanecem submetidos à precariedade e ao abandono estatal. Dessa forma, a sustentabilidade urbana converte-se em privilégio territorializado, acessível aos grupos socialmente mais favorecidos.

Essa reflexão dialoga com as análises desenvolvidas por Sorato (2021), ao evidenciar que a imagem ambientalmente positiva de Maringá/PR convive com profundas desigualdades





socioespaciais. A autora demonstra que o discurso da sustentabilidade frequentemente não se traduz em democratização efetiva do direito à cidade. Ao contrário, muitos processos de valorização ambiental acabam intensificando a segregação urbana e ampliando a exclusão das populações periféricas. Nessa mesma direção, Yonegura (2020) ressalta que a construção simbólica de Maringá/PR como cidade-modelo associa-se historicamente aos interesses das elites políticas e econômicas locais. A produção da identidade urbana baseada na ideia de modernidade verde contribuiu para consolidar um imaginário coletivo positivo sobre a cidade, favorecendo processos de valorização imobiliária e atração de investimentos. Contudo, tal construção simbólica também opera mediante silenciamentos, invisibilizando conflitos urbanos, desigualdades e disputas territoriais.

A noção de cidade-mercadoria torna-se, portanto, indispensável para compreender esse processo. Sob a lógica neoliberal, as cidades passam a competir entre si como produtos inseridos em mercados globais de consumo territorial. Nesse contexto, elementos como sustentabilidade, qualidade ambiental, inovação tecnológica e segurança tornam-se atributos estratégicos de diferenciação mercadológica. A cidade deixa de ser prioritariamente espaço de cidadania e transforma-se em marca. Conforme destaca Vainer (2002), o *city marketing* atua na fabricação dessas marcas urbanas. A cidade passa a ser “vendida” por meio de *slogans*, imagens publicitárias e narrativas oficiais cuidadosamente construídas. Nesse cenário, o discurso ambiental adquire potencial simbólico, sobretudo porque a sustentabilidade tornou-se valor legitimado socialmente nas últimas décadas. A imagem de “Cidade Verde”, portanto, não possui somente dimensão ambiental: ela constitui capital simbólico e econômico.

Todavia, essa produção imagética oculta as contradições da urbanização capitalista. Como observa Harvey (2005a), o neoliberalismo urbano aprofunda os processos de segregação espacial ao mesmo tempo em que intensifica estratégias simbólicas destinadas a produzir consenso social. A cidade-espetáculo, nesse contexto, funciona como mecanismo ideológico que naturaliza desigualdades e desloca a atenção pública das questões estruturais para elementos estéticos e publicitários.

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

**A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)**





Desta forma, a análise crítica da produção ideológica da “Cidade Verde” exige compreender que o espaço urbano é simultaneamente material e simbólico. A cidade não é produzida exclusivamente por obras, ruas, parques e edifícios: ela se desenvolve também por discursos, imagens e representações sociais. Esses elementos participam ativamente da disputa pelo controle do território e pela legitimação de determinados projetos urbanos. A partir dessa perspectiva, a compreensão crítica da urbanização demanda o desvelamento das ideologias que atravessam o planejamento urbano contemporâneo. A sustentabilidade, quando apropriada pelo *city marketing* e pelo empreendedorismo urbano, corre o risco de ser reduzida a instrumento de valorização mercadológica, perdendo seu potencial emancipatório e transformador. Por essa razão, torna-se imprescindível articular a análise ambiental às dimensões políticas, econômicas e sociais da produção do espaço.

3. Produção do espaço e segregação socioespacial em Maringá

A análise da produção do espaço urbano em Maringá/PR exige compreendê-la como expressão concreta das relações sociais de produção que estruturam o capitalismo contemporâneo. Nessa perspectiva, o espaço não pode ser entendido como mero suporte físico neutro sobre o qual se desenvolvem atividades econômicas e sociais: ele é produto histórico, político e ideológico das disputas entre classes, agentes econômicos e instituições. Conforme Henri Lefebvre (2001), o espaço é socialmente produzido e apropriado segundo os interesses dominantes de cada formação social, sendo simultaneamente condição, meio e resultado das relações de poder que organizam a vida urbana. Em sua formulação clássica, ele sustenta que o capitalismo não produz apenas mercadorias, mas também produz espacialidades específicas necessárias à reprodução ampliada do capital.

Nesse horizonte analítico, a urbanização deixa de ser concebida como crescimento físico da cidade e passa a ser entendida como processo articulado à lógica de acumulação capitalista. A cidade torna-se espaço privilegiado de valorização econômica, financeirização e





reprodução das desigualdades sociais. Tal interpretação é aprofundada por David Harvey (2005b; 2014), ao afirmar que o urbanismo contemporâneo converte o espaço urbano em mercadoria e instrumento estratégico de absorção de excedentes de capital. Deste modo, o capitalismo utiliza constantemente o ambiente construído como mecanismo de expansão econômica, transformando cidades em plataformas de investimentos, especulação imobiliária e valorização fundiária.

No caso brasileiro, a urbanização ocorreu de maneira desigual, marcada pela concentração fundiária, pela segregação territorial e pela negação sistemática do acesso democrático à cidade. Conforme Ermínia Maricato (2003; 2007), a cidade brasileira constitui uma das expressões mais agudas da desigualdade social produzida historicamente pelo capitalismo dependente periférico. Segundo ela, o planejamento urbano nacional foi apropriado pelas elites econômicas como instrumento de controle territorial e valorização imobiliária, enquanto as populações trabalhadoras foram empurradas para áreas periféricas precarizadas, desprovidas de infraestrutura e serviços públicos adequados.

Essa interpretação dialoga com as contribuições de Milton Santos (2003), para quem o espaço urbano é atravessado por usos seletivos do território, organizados segundo interesses econômicos dominantes. O autor evidencia que o território é apropriado de forma desigual pelos diferentes grupos sociais, de modo que os benefícios urbanos se concentram em determinadas parcelas da cidade, enquanto outras permanecem submetidas à precarização estrutural. Nas palavras de Santos (2003), o espaço urbano capitalista é simultaneamente “luminoso” para alguns e “opaco” para outros, revelando a coexistência contraditória entre modernização e exclusão.

Em Maringá/PR, tais dinâmicas assumem contornos particulares justamente porque a cidade foi historicamente construída sob o signo do planejamento urbano racional e da ideologia da modernidade ordenada. Diferentemente de outras cidades brasileiras marcadas pelo crescimento espontâneo e pela ausência de planejamento formal, Maringá/PR consolidou-se como símbolo de urbanismo moderno, cidade-jardim e qualidade de vida.

**Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social**

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





Contudo, essa imagem de racionalidade urbanística não eliminou as desigualdades socioespaciais; ao contrário, muitas vezes contribuiu para legitimá-las sob uma aparência de organização técnica e neutralidade administrativa. Como argumenta Arlete Moysés Rodrigues (2004), o planejamento urbano brasileiro frequentemente atuou/atua como mecanismo de segregação territorial ao definir onde serão concentrados infraestrutura, investimentos públicos e equipamentos urbanos. Em vez de democratizar o acesso aos bens urbanos, o planejamento operar como instrumento de valorização diferenciada do solo urbano, beneficiando determinadas áreas e grupos sociais em detrimento de outros. Em Maringá/PR, a concentração histórica de investimentos em regiões centrais e zonas valorizadas demonstra como a urbanização planejada foi acompanhada pela constituição de periferias menos assistidas pelo poder (Rodrigues, 2004a; 2004b).

Essa seletividade espacial relaciona-se amplamente à lógica da especulação imobiliária. O solo urbano, sob o capitalismo, transforma-se em ativo financeiro estratégico, cujo valor depende de sua localização e, sobretudo, das intervenções estatais realizadas em seu entorno. A abertura de avenidas, a instalação de equipamentos públicos, redes de serviço, a criação de parques urbanos e a flexibilização de legislações urbanísticas tornam-se mecanismos de valorização fundiária apropriados pelo mercado imobiliário. Conforme aponta Mariana Fix (2011), a financeirização da cidade converte o espaço urbano em objeto privilegiado de investimentos especulativos, articulando grandes incorporadoras, agentes financeiros e poder público em torno da reprodução ampliada do capital imobiliário.

Nesse cenário, projetos urbanos de grande escala passam a desempenhar papel central na reconfiguração territorial das cidades médias brasileiras. Em Maringá/PR, o empreendimento *Eurogarden* constitui um exemplo emblemático dessa dinâmica contemporânea de urbanização neoliberal. Apresentado discursivamente como símbolo de modernidade, inovação, sustentabilidade e desenvolvimento urbano inteligente, o projeto articula interesses imobiliários, empresariais e políticos em torno da criação de uma nova centralidade urbana altamente valorizada. A retórica associada ao *Eurogarden* mobiliza



categorias típicas do empreendedorismo urbano contemporâneo – cidade sustentável, *smart city*, qualidade de vida e modernização – ocultando, entretanto, os processos de elitização espacial e valorização imobiliária que acompanham sua implementação.

A lógica presente nesse tipo de empreendimento aproxima-se do fenômeno da gentrificação. O conceito, amplamente discutido por autores críticos da urbanização capitalista, refere-se aos processos de revalorização urbana que promovem a substituição progressiva de populações de menor renda por grupos socialmente mais abastados. A gentrificação opera por meio da transformação estética, econômica e simbólica de determinadas áreas urbanas, elevando os preços da terra, dos imóveis e do custo de vida, o que resulta na expulsão indireta de populações vulnerabilizadas. Embora apresentada sob discursos de revitalização e desenvolvimento, a gentrificação constitui mecanismo sofisticado de exclusão territorial e segregação socioespacial. No caso maringense, a valorização intensiva de determinadas regiões urbanas, associada ao fortalecimento do mercado imobiliário de alto padrão, evidencia tendências de aprofundamento da segregação urbana. O acesso às áreas mais arborizadas, dotadas de infraestrutura qualificada e próximas aos principais equipamentos urbanos permanece concentrado entre segmentos sociais de maior renda. Paralelamente, populações periféricas convivem com déficits de mobilidade urbana, menor cobertura vegetal, insuficiência de equipamentos públicos e precarização das condições urbanas. Ora, tais contradições marcam os limites do discurso de “Cidade Verde”. A existência de áreas verdes, parques urbanos e planejamento paisagístico não garante, por si só, justiça socioambiental e democratização do “urbano”. Conforme Lefebvre (2001), o verdadeiro direito à cidade não se restringe ao acesso físico à infraestrutura urbana: ele envolve o direito coletivo de participar da produção, apropriação e transformação do espaço urbano. O direito à cidade pressupõe, portanto, o enfrentamento das desigualdades estruturais que organizam a vida urbana capitalista.

As contribuições de Ana Lúcia Rodrigues são fundamentais para a compreensão crítica das contradições urbanas presentes em Maringá e na sua Região Metropolitana. Em





suas pesquisas, a autora demonstra que o planejamento urbano maringense, historicamente apresentado como modelo de racionalidade técnica, modernidade e organização territorial, esteve intensamente articulado à produção de desigualdades socioespaciais. Ao analisar os processos de ocupação do solo urbano, a dinâmica imobiliária e a expansão periférica da cidade, Rodrigues evidencia que a segregação não constitui um fenômeno acidental ou espontâneo: é resultado direto de escolhas políticas, econômicas e institucionais que privilegiaram dados grupos sociais em detrimento das populações trabalhadoras e periféricas. Nesse sentido, a autora problematiza a imagem oficial de Maringá/PR como cidade planejada e harmoniosa, revelando que, junto à valorização estética e mercadológica do espaço urbano central, consolidaram-se processos de exclusão territorial, precarização habitacional e deslocamento das camadas populares para áreas desprovidas de infraestrutura adequada (Rodrigues, 2004a; 2004b).

Ao aprofundar essa discussão na análise da Região Metropolitana de Maringá/PR, Rodrigues e Souza (2018) argumentam que a chamada “ordem urbana” regional reproduz uma lógica de planejamento seletivo, orientada pelos interesses do capital imobiliário e pelas estratégias de valorização econômica do território. Tal processo intensifica a fragmentação socioespacial, reforçando a concentração de investimentos em determinadas áreas enquanto amplia a vulnerabilidade social nas periferias metropolitanas. As análises desenvolvidas pelos autores dialogam com a crítica ao marketing urbano e à produção ideológica da imagem da “Cidade Verde”, na medida em que demonstram como o discurso da modernidade urbana e da excelência do planejamento atua como mecanismo de legitimação política e de ocultamento das desigualdades estruturais.

Sob essa perspectiva, o planejamento de Maringá/PR pode ser interpretado como expressão de uma idealização seletivo, orientada prioritariamente pelas exigências da acumulação imobiliária. As políticas urbanas passam a privilegiar intervenções capazes de atrair investimentos, fortalecer o city marketing e elevar a valorização fundiária, enquanto demandas sociais estruturais permanecem secundarizadas. Essa racionalidade urbanística





aproxima-se do que Harvey (2014) denomina empreendedorismo urbano neoliberal, modelo no qual a cidade passa a ser administrada segundo critérios empresariais, subordinando o interesse público às dinâmicas do mercado.

A consolidação de grandes projetos urbanos, a flexibilização normativa em favor do capital imobiliário e a produção de novas centralidades elitizadas demonstram que a produção espacial maringaense está profundamente vinculada às transformações contemporâneas do capitalismo urbano. Nesse contexto, a ideologia da “Cidade Verde” atua como importante mecanismo simbólico de legitimação dessas dinâmicas, produzindo uma imagem harmoniosa e sustentável da cidade enquanto invisibiliza conflitos territoriais, desigualdades socioambientais e processos de exclusão urbana.

Portanto, compreender a produção do espaço em Maringá/PR implica reconhecer que o urbanismo local não pode ser reduzido à narrativa oficial de planejamento eficiente e qualidade de vida. Ao contrário, a cidade expressa as contradições estruturais da urbanização capitalista brasileira: de um lado, modernização urbana, valorização paisagística e crescimento econômico; de outro, segregação socioespacial, mercantilização da cidade e aprofundamento das desigualdades territoriais. A crítica à ideologia da “Cidade Verde”, nesse sentido, exige desvelar as relações entre planejamento urbano, especulação imobiliária, financeirização do território e reprodução das desigualdades sociais, evidenciando que a disputa pelo espaço urbano é, fundamentalmente, uma disputa pelo direito à cidade.

4. Questões Socioambientais, Ciências Ambientais e a Crítica ao Naturalismo Ambiental

As discussões acerca das questões socioambientais exigem o afastamento de interpretações reducionistas que compreendem os problemas ambientais somente como fenômenos naturais, dissociados das estruturas econômicas, políticas e sociais que organizam a vida contemporânea. Nesse sentido, torna-se fundamental problematizar aquilo que Enrique Leff (2011) denomina de racionalidade ambiental, compreendendo que a crise ecológica não





se limita à degradação da natureza, mas expressa uma crise civilizatória vinculada ao próprio modelo de desenvolvimento capitalista. A devastação ambiental, a urbanização desigual, a mercantilização da natureza e a intensificação das vulnerabilidades sociais são produtos históricos de um modo específico de produção e apropriação do espaço. Nessa perspectiva, Leff (2011) critica o naturalismo ambiental, isto é, as abordagens que reduzem os problemas ecológicos a dimensões estritamente biológicas, técnicas ou comportamentais, desconsiderando os conflitos de classe, as relações de poder e as formas desiguais de acesso aos recursos ambientais. Segundo o autor, a crise ambiental é inseparável das formas de organização econômica e da racionalidade instrumental moderna, fundada na exploração intensiva da natureza e na lógica da acumulação capitalista. Sendo assim, os problemas socioambientais decorrem tanto da ausência de consciência ecológica individual, quanto da própria estrutura produtiva que transforma a natureza em mercadoria e subordina os territórios aos interesses do capital.

Essa crítica torna-se necessária no contexto das cidades contemporâneas e, especialmente, na análise da construção ideológica da imagem de Maringá/PR como “Cidade Verde”. O discurso ambiental institucionalizado frequentemente opera de maneira despolitizada, apresentando sustentabilidade, arborização urbana e qualidade ambiental como atributos neutros e universais, sem problematizar as desigualdades socioespaciais que estruturam o espaço urbano. Conforme discutido, o marketing urbano tende a transformar a questão ambiental em elemento de valorização simbólica e econômica da cidade, apropriando-se da pauta ecológica para reforçar estratégias de competitividade territorial, atração de investimentos e valorização imobiliária. Nesse sentido, a crítica ao ambientalismo despolitizado mostra-se indispensável. Muitas abordagens ambientais hegemônicas limitam-se à defesa abstrata da preservação da natureza, negligenciando os conflitos sociais que atravessam os territórios urbanos. Questões como moradia precária, ausência de saneamento básico, segregação territorial, mobilidade urbana desigual e acesso restrito às áreas verdes raramente são incorporadas de forma estrutural nos discursos oficiais sobre sustentabilidade.





Com isso, se consolida uma visão tecnocrática da questão ambiental, centrada em indicadores, certificações e projetos urbanos “verdes”, mas incapaz de enfrentar as determinações sociais e econômicas da degradação ambiental.

Diante desse quadro, Leff (2011) propõe a superação dessa fragmentação através de uma perspectiva interdisciplinar das ciências ambientais. Para o autor, os problemas ambientais são complexos e não podem ser compreendidos isoladamente por uma única área do conhecimento. A crise ecológica exige o diálogo entre diferentes campos científicos – como sociologia, geografia, economia, urbanismo, ecologia, direito, filosofia e educação – articulando saberes capazes de interpretar as múltiplas dimensões da realidade socioambiental. Trata-se de romper com a compartimentalização do conhecimento produzida pela racionalidade moderna e construir leituras integradas da relação sociedade–natureza. A interdisciplinaridade, portanto, assume papel. A análise da urbanização de Maringá/PR e da ideologia da “Cidade Verde” demanda uma abordagem que articule as ciências ambientais às ciências sociais, ao urbanismo crítico e à educação. A problemática ambiental não pode ser separada das disputas políticas em torno do uso do solo urbano, da especulação imobiliária, da concentração de investimentos públicos e privados ou da segregação socioespacial. Segundo Harvey (2005b), o capitalismo produz continuamente geografias desiguais, apropriando-se seletivamente dos territórios segundo os interesses da acumulação. Dessa forma, a degradação ambiental e as desigualdades urbanas não constituem fenômenos independentes, mas processos articulados.

No caso específico de Maringá/PR, torna-se evidente que a promoção da imagem de cidade sustentável e resiliente convive com profundas contradições socioambientais. Embora a cidade apresente indicadores urbanísticos e ambientais frequentemente destacados em campanhas institucionais, persistem desigualdades no acesso aos equipamentos urbanos, à mobilidade, à habitação e aos próprios benefícios ambientais. Além disso, a centralização de recursos e serviços em Maringá/PR contribui para aprofundar as assimetrias regionais no interior da Região Metropolitana Maringaense (RMM), transferindo impactos sociais e





ambientais para municípios periféricos (Rodrigues; Souza, 2018). Nesse contexto, a questão ambiental deve ser compreendida como questão política. O meio ambiente não constitui uma esfera neutra ou exterior às relações sociais: ele é um campo de disputas envolvendo diferentes interesses econômicos, projetos de cidade e formas de apropriação territorial. A produção do espaço urbano, conforme Lefebvre (2001), está vinculada às relações de poder e às dinâmicas do capital, razão pela qual as políticas ambientais urbanas não podem ser analisadas apenas sob critérios técnicos ou administrativos. É necessário considerar quem se beneficia das políticas urbanas “verdes”, quais grupos sociais são excluídos dos processos decisórios e quais interesses econômicos orientam a produção da cidade.

Dessa forma, a crítica ao naturalismo ambiental e ao ambientalismo despolitizado permite compreender que a sustentabilidade urbana não pode ser reduzida à presença de áreas arborizadas, certificações ambientais ou projetos tecnológicos de *smart cities*. Uma cidade verdadeiramente sustentável pressupõe justiça socioambiental, democratização do acesso aos recursos urbanos, participação popular efetiva e enfrentamento das desigualdades estruturais produzidas pelo capitalismo urbano contemporâneo. A defesa do meio ambiente, portanto, não pode ser dissociada da luta pelo direito à cidade, pela função social da propriedade e pela construção de formas mais democráticas e inclusivas de organização territorial. Nesse sentido, as ciências ambientais assumem importante função pedagógica e política ao possibilitar a leitura crítica das contradições socioambientais contemporâneas. Mais do que transmitir conteúdos ecológicos de maneira normativa ou comportamentalista, a educação ambiental crítica deve contribuir para a formação de sujeitos capazes de interpretar os vínculos entre ambiente, economia, política e sociedade. Tal perspectiva aproxima-se das propostas de educação emancipatória, de Paulo Freire (1987; 1996), ao compreender que a conscientização ambiental envolve necessariamente a problematização das estruturas sociais que produzem desigualdade, exclusão e degradação ambiental. Ora, a inserção dessas discussões na pesquisa de mestrado supracitada justificou-se (i) pela centralidade das ciências ambientais na análise do espaço urbano contemporâneo e (ii) pela necessidade de construir práticas pedagógicas





comprometidas com a formação crítica dos educandos. Ao problematizar os discursos hegemônicos sobre sustentabilidade, resiliência e cidade verde, buscou-se fomentar processos de alfabetização urbanística e ambiental capazes de desnaturalizar as desigualdades socioespaciais e fortalecer a participação cidadã na construção de cidades socialmente justas e ambientalmente sustentáveis.

5. Educação crítica e alfabetização urbanística

A problemática urbana contemporânea, marcada por profundas desigualdades socioespaciais, disputas territoriais e processos de mercantilização da cidade, impõe à educação um papel estratégico na formação de sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade em que vivem. Nesse contexto, a educação não pode se restringir à transmissão mecânica de conteúdos desarticulados da experiência concreta dos estudantes: contrariamente, ela deve constituir-se como prática social emancipatória, comprometida com a leitura crítica do mundo, com a participação democrática e com a construção da cidadania. É nessa direção que se insere o debate acerca da alfabetização urbanística, entendida como processo formativo voltado à compreensão das dinâmicas urbanas, das relações de poder que produzem o espaço e dos conflitos que atravessam a vida nas cidades.

A perspectiva de uma educação crítica encontra fundamento, sobretudo, na obra de Paulo Freire, para quem o processo educativo deve partir da realidade concreta dos sujeitos, permitindo que os educandos desenvolvam uma consciência crítica acerca das estruturas sociais que condicionam suas existências. Em oposição àquilo que denominou “educação bancária”, Freire (1987) defende uma pedagogia dialógica, problematizadora e transformadora, na qual o conhecimento emerge da relação entre reflexão e prática social. Conforme afirma o autor, “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 1987, p. 9), evidenciando que a compreensão crítica da realidade antecede e fundamenta o próprio processo educativo. Essa concepção é necessária quando aplicada ao espaço urbano. A cidade





é produzida historicamente por relações econômicas, políticas e culturais, sendo atravessada por interesses contraditórios e por mecanismos de exclusão.

Nesse sentido, educar para a cidadania implica também educar para a leitura crítica da cidade, de suas desigualdades, de seus processos de segregação e de suas formas de apropriação privada do espaço urbano. O que se denomina de alfabetização urbanística corresponde, deste modo, à capacidade de interpretar criticamente os fenômenos urbanos, compreendendo as relações entre território, poder, planejamento, infraestrutura, meio ambiente e direitos sociais. Desta forma, o pensamento de João Luiz Gasparin (2005) contribui ao propor uma metodologia pedagógica fundamentada na pedagogia histórico-crítica. Para ele, o processo educativo deve articular teoria e prática por meio de um movimento dialético que parte da prática social inicial, passa pela problematização e instrumentalização teórica, alcançando posteriormente a catarse e a prática social transformada. Tal perspectiva rompe com modelos pedagógicos fragmentados e conteudistas, permitindo que o estudante compreenda os fenômenos sociais em sua totalidade histórica.

Aplicada ao debate urbano e ambiental, essa abordagem possibilita que os estudantes analisem criticamente os discursos hegemônicos que produzem determinadas imagens idealizadas das cidades. No caso de Maringá/PR, por exemplo, a representação da “Cidade Verde” pode ser problematizada pedagogicamente a partir da observação concreta do espaço urbano, da análise de propagandas institucionais, da investigação sobre desigualdades territoriais e da identificação das contradições entre discurso e realidade. Desse modo, o espaço urbano transforma-se em objeto de investigação pedagógica, permitindo que os educandos desenvolvam não apenas conhecimentos conceituais, mas também consciência política e capacidade crítica.

A alfabetização urbanística, nesse sentido, aproxima-se das discussões contemporâneas sobre letramento crítico. Não se trata apenas de conhecer conceitos técnicos relacionados ao urbanismo ou ao planejamento urbano; é basilar compreender os mecanismos sociais, econômicos e ideológicos que produzem a cidade. Tal formação envolve a capacidade





de interpretar mapas, compreender políticas públicas urbanas, identificar processos de especulação imobiliária, reconhecer formas de segregação socioespacial e analisar criticamente discursos de marketing urbano e sustentabilidade.

Essa perspectiva ganha relevância diante da crescente complexidade das cidades contemporâneas, marcadas pela expansão do urbanismo neoliberal, pela financeirização do espaço urbano e pela intensificação das desigualdades socioambientais. Como argumenta David Harvey, o capitalismo contemporâneo transforma a cidade em mercadoria, subordinando a produção do espaço às exigências da acumulação de capital. Nesse cenário, a ausência de formação crítica acerca das dinâmicas urbanas contribui para a naturalização das desigualdades e para a reprodução de discursos ideológicos que ocultam conflitos estruturais.

A escola, portanto, assume papel central na formação de sujeitos capazes de compreender criticamente essas dinâmicas. Mais do que transmitir conteúdos descontextualizados, a instituição escolar pode constituir-se como espaço de problematização da realidade urbana vivida pelos estudantes. Isso implica reconhecer a cidade como território educativo, compreendendo que as experiências cotidianas dos sujeitos – seus deslocamentos, formas de moradia, acesso desigual aos equipamentos públicos, vivências ambientais e relações territoriais – são dimensões fundamentais do processo formativo. Nesse contexto, a educação ambiental crítica apresenta-se como importante instrumento pedagógico. Diferentemente de abordagens conservacionistas e despolitizadas, a ela compreende os problemas ambientais em sua articulação com as relações sociais, econômicas e políticas que estruturam a sociedade capitalista. Deste modo, questões como poluição, degradação ambiental, ausência de áreas verdes ou desigualdade no acesso aos bens ambientais não são entendidas como problemas meramente técnicos ou individuais; são, de fato, expressões das contradições inerentes ao modelo de desenvolvimento urbano dominante.

A articulação entre educação crítica e alfabetização urbanística permite, portanto, avançar na formação cidadã dos estudantes. Isso pressupõe a construção de capacidades analíticas e reflexivas que possibilitem aos sujeitos reconhecerem-se como agentes históricos





capazes de intervir na realidade. Para Freire (1996), ensinar exige a convicção de que a mudança é possível. Dessa forma, a educação crítica não se limita à denúncia das desigualdades urbanas: ela busca fomentar práticas sociais transformadoras orientadas pela justiça socioambiental e pelo direito à cidade. No caso específico da pesquisa de mestrado supracitada, a proposta pedagógica desenvolvida com estudantes do Ensino Médio buscou justamente estimular processos de leitura crítica da cidade de Maringá/PR e da ideologia associada ao discurso da “Cidade Verde”. A partir da análise de propagandas institucionais, materiais publicitários, discursos oficiais e observações do espaço urbano, os estudantes foram convidados a identificar contradições entre a imagem idealizada da cidade e a realidade socioambiental observada em diferentes territórios urbanos. Tal experiência revelou o potencial da educação crítica como instrumento de conscientização política e de fortalecimento da participação cidadã³.

6. Considerações finais

A análise desenvolvida permitiu compreender que a construção da imagem de Maringá/PR como “Cidade Verde” ultrapassa a simples valorização ambiental ou urbanística da cidade, constituindo-se como um processo ideológico profundamente articulado às dinâmicas contemporâneas do urbanismo neoliberal, do empreendedorismo urbano e da mercadorização do espaço. A sustentabilidade, nesse contexto, deixa de operar exclusivamente como horizonte ético de equilíbrio socioambiental e passa a integrar

³ A proposta pedagógica desenvolvida no âmbito da dissertação resultou também na elaboração de um produto educacional disponibilizado na plataforma OER Commons, intitulado *Sequência Didática: desconstruindo a ideologia de “Cidade Verde”: reflexões sobre o direito à cidade em Maringá/PR realizada entre os estudantes do ensino médio* (Silva; Fontana, 2025). Estruturado como estratégia de ensino-aprendizagem voltada ao Ensino Médio, o material buscou promover processos de letramento urbanístico e ambiental a partir da problematização crítica da imagem oficial de Maringá/PR enquanto “Cidade Verde”. A sequência didática articulou conteúdos das Ciências Ambientais, Educação e Ciências Sociais, mobilizando análise de peças publicitárias, observações do espaço urbano e debates sobre segregação socioespacial, sustentabilidade e direito à cidade. Dessa forma, o produto educacional constituiu importante desdobramento prático da pesquisa, reafirmando o potencial da educação crítica na formação de sujeitos capazes de interpretar as contradições socioambientais presentes na urbanização contemporânea.





estratégias de *city marketing* voltadas à valorização econômica do território, à atração de investimentos e ao fortalecimento do mercado imobiliário.

Ao problematizar essa narrativa hegemônica, evidenciou-se que a produção simbólica da “Cidade Verde” tende a obscurecer contradições estruturais presentes no espaço urbano maringense, particularmente aquelas relacionadas à segregação socioespacial, à desigual distribuição dos recursos ambientais, à valorização seletiva do território e à produção desigual das infraestruturas urbanas. Embora Maringá/PR apresente indicadores urbanísticos frequentemente utilizados como referências de qualidade de vida e planejamento urbano, a análise demonstrou que tais elementos convivem com processos permanentes de exclusão territorial e aprofundamento das desigualdades sociais, revelando os limites da sustentabilidade quando apropriada pela lógica da acumulação capitalista.

A discussão fundamentada em autores como Henri Lefebvre, David Harvey, Carlos Vainer, Ermínia Maricato, Milton Santos e Enrique Leff compreendeu que o espaço urbano não é neutro nem natural: ele é historicamente produzido por relações de poder, interesses econômicos e disputas políticas. Sob essa perspectiva, a cidade configura-se simultaneamente como espaço material e simbólico, produzido tanto por intervenções físicas quanto por discursos, imagens e representações sociais que atuam na legitimação de determinados projetos urbanos. A ideologia da “Cidade Verde”, nesse sentido, funciona como mecanismo de produção de consenso, naturalizando desigualdades e reforçando uma visão estetizada e mercadológica da urbanidade contemporânea.

Além disso, demonstrou-se que os discursos ambientais institucionalizados frequentemente assumem caráter despolitizado e tecnocrático, reduzindo a sustentabilidade a indicadores paisagísticos, projetos urbanísticos “verdes” e estratégias de marketing territorial. Tal racionalidade invisibiliza os conflitos sociais e ambientais que estruturam o espaço urbano, deslocando o debate socioambiental para dimensões predominantemente estéticas e administrativas. A crítica ao naturalismo ambiental revelou-se, portanto, fundamental para





compreender que a crise ecológica urbana está inseparavelmente vinculada às formas capitalistas de produção e apropriação do território.

Nesse contexto, destacou-se a importância das ciências ambientais enquanto campo interdisciplinar comprometido com a análise ecológica dos territórios e, sobretudo, com a problematização das desigualdades sociais, das disputas territoriais e dos processos de exclusão urbana. A articulação entre sociologia urbana, geografia crítica, educação e ciências ambientais mostrou-se indispensável para a construção de interpretações mais amplas e críticas acerca das contradições da urbanização contemporânea. Igualmente necessária foi a discussão acerca do papel da educação crítica e da alfabetização urbanística enquanto instrumentos de formação cidadã e emancipação social. A partir das contribuições de Paulo Freire e da pedagogia histórico-crítica, argumentou-se que a leitura crítica da cidade constitui dimensão fundamental do processo educativo, possibilitando aos sujeitos compreenderem as dinâmicas de produção do espaço, os mecanismos de segregação socioespacial e os interesses econômicos que atravessam o planejamento urbano. A alfabetização urbanística, deste modo, não se limita à compreensão técnica da cidade: ela envolve a capacidade de interpretar criticamente discursos ideológicos, identificar desigualdades territoriais e reivindicar o direito coletivo à cidade.

A experiência pedagógica vinculada à pesquisa de mestrado supracitada evidenciou o potencial das práticas educativas críticas para desnaturalizar narrativas hegemônicas sobre urbanização, sustentabilidade e qualidade de vida. Ao aproximar os estudantes das contradições concretas do espaço urbano maringaense, a proposta pedagógica contribuiu para fortalecer processos de conscientização política, participação cidadã e reflexão socioambiental crítica. Tal perspectiva reforça a compreensão de que a educação ambiental crítica deve ultrapassar abordagens conservacionistas e comportamentais, incorporando debates relacionados à justiça espacial, democratização do território e direito à cidade.

Dessa forma, conclui-se que pensar criticamente a ideologia da “Cidade Verde” implica reconhecer que a sustentabilidade urbana não pode ser reduzida à presença de





arborização, parques urbanos ou indicadores paisagísticos. Uma cidade socialmente justa e ambientalmente sustentável exige democratização efetiva do acesso aos bens urbanos, enfrentamento das desigualdades socioespaciais, participação popular nas decisões sobre o território e superação das formas excludentes de produção do espaço impostas pela racionalidade neoliberal.

7. Referencial Bibliográfico

ACSELRAD, Henry. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p. 79–90, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.1999n1p79>. Acesso em: 14 maio 2025.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: Edusp, 1992.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma "nova" São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2005a.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005b.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





LEFF, Enrique. **Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental**. Olhar de Professor, v. 14, n. 2, 2011.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 121–192.

MARICATO, Ermínia; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves. Construindo a Política Urbana: participação democrática e o direito à cidade. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **As Metrôpoles e a Questão Social Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Revan; FASE, 2007. p. 165–195.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas cidades brasileiras. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

RODRIGUES, Ana Lúcia. A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004a.

RODRIGUES, Ana Lúcia. **Segregação socioespacial e planejamento urbano em Maringá – PR**. Maringá: Eduem, 2004b.

RODRIGUES, A. L.; SOUZA, P. R. Maringá: a ordem urbana na região metropolitana de Maringá: planejamento que produz segregação. In: RIBEIRO, L. C. de Q.; RIBEIRO, M. G. (org.). **Metrôpoles brasileiras: síntese da transformação na ordem urbana 1980 a 2010**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2018. Disponível em: http://observatoriodasmetrôpoles.net.br/download/metrôpoles_brasileiras2018.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

SILVA, Andréia Santos Correia Almeida da. **Maringá–PR e o seu discurso de “Cidade Verde”: desconstruindo propagandas em prol de uma prática mais sustentável mediada pelo ensino das ciências ambientais**. 2026. Dissertação (Mestrado em Ensino das Ciências

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição
(CC BY)





Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB – Associada UEM), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2026. Orientador: Felipe Fontana. Disponível em: <https://prh.uem.br/profciamb/publicacoes>. Acesso em: 13 maio 2026.

SILVA, Andréia Santos Correia Almeida da; FONTANA, Felipe. **Sequência didática: desconstruindo a ideologia de “Cidade Verde”: reflexões sobre o direito à cidade em Maringá/PR realizada entre os estudantes do ensino médio.** *OER Commons*. [S. l.]: OER Commons, 2025. Licença: Creative Commons Atribuição–Não Comercial–Sem Derivações. Acesso em: 13 maio 2026.

SORATO, Gabriel Henrique. **A Cidade Verde como estratégia de marketing urbano: o discurso publicitário e os sentidos sobre Maringá (PR).** 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

VAINER, Carlos B. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

YONEGURA, Valéria Borges; ENDLICH, Angela. O verde da cidade verde: do marketing urbano à construção de um patrimônio coletivo como perspectiva para Maringá. **Paisagem e Ambiente**, v. 31, p. 1–16, 2020.

Recebido em: 14/05/2026

Aprovado em: 23/05/2026

Publicado em: 04/06/2026

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v. 4 n. 6 (2026) - DOSSIÊ ESPECIAL:
Conhecimento, Formação e Transformação Social

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

